

Dos manuais de redação para a prática: análise da publicação de erratas em veículos jornalísticos na internet¹

Lívia de Souza Vieira²

Resumo:

Os manuais de redação contêm padrões editoriais e abordam valores como verdade, imparcialidade, pluralidade e exatidão. Após contextualização teórica sobre a abordagem do erro em manuais de redação brasileiros de referência, este artigo analisa exemplos da publicação de erratas no site do jornal Valor Econômico, no site da TV Anhanguera (portal G1) e no site do jornal O Estado de S. Paulo. O cumprimento desses padrões presentes nos manuais de redação constituem o objeto deste estudo, que pretende mostrar de que forma as normativas sobre erros são aplicadas na prática desses três veículos jornalísticos. Os resultados mostram a necessidade de atualização dos manuais de redação, que negligenciam os potenciais e as especificidades do jornalismo online.

Palavras-chave: ética; manuais de redação; jornalismo online; errata; erro jornalístico

1. Introdução

Os manuais de redação acompanham a trajetória do jornalismo brasileiro em busca da qualidade e precisão informativas. Marcelo Bronosky (2010) lembra que a primeira manifestação de manual de redação de que se tem notícia na imprensa do país ocorreu no jornal A Província de Pernambuco, em 1929, pelas mãos do antropólogo Gilberto Freyre.

O jornalista-antropólogo apresentou à redação uma proposta adaptada de stylebooks (livros de estilo) norte-americanos. Seu objetivo era transformar os jornais ao molde do que ele havia encontrado nos Estados Unidos. Ele buscava eliminar os preciosismos da linguagem jornalística. Queria que os jornalistas substituíssem o modo empolado, rebuscado dos textos por outro, mais direto, ágil e de fácil compreensão. (BRONOSKY, 2010, p. 24)

¹ Artigo apresentado no Eixo 2 – Jornalismo, Mídia livre e Arquiteturas da Informação do VII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura realizado de 20 a 22 de novembro de 2013.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC e docente da disciplina de Jornalismo Digital na graduação do Bom Jesus IELUSC (Joinville – SC).

Portanto, desde sua gênese, os manuais de redação estão vinculados às empresas jornalísticas, ainda que tenham sido fruto de iniciativas individuais, como no caso de Gilberto Freyre. Eles reforçam a ideia de um jornal comprometido com certos padrões editoriais e de estilo, e com valores como verdade, imparcialidade, pluralidade e exatidão. “Ao fazerem isso, reivindicam a capacidade de dizer de que forma o jornalismo deve ser realizado, para além das questões econômicas e ideológicas” (BRONOSKY, 2010, p. 98).

Desta forma, destaca-se que a ética normativa, sob o prisma das regras deontológicas que tiveram início na segunda metade do século XIX, tem o dever de assegurar a circulação da informação dentro da sociedade; e prover à população a notícia exata, honesta e completa à qual ela tem direito (CORNU, 1998, p. 22).

O cumprimento desses padrões presentes nos manuais de redação constituem o objeto deste estudo, que pretende mostrar de que forma as normativas sobre erros são aplicadas na prática de três veículos jornalísticos na internet. Partimos da afirmação de Christofolletti e Prado (2005), de que o público espera informação de qualidade, sem erros, sem distorções, sem incorreções. O coeficiente de confiabilidade das reportagens será proporcional ao nível de segurança do público em relação à mídia que consome.

Após contextualização teórica sobre a abordagem do erro em manuais de redação brasileiros de referência, analisaremos exemplos da publicação de erratas no site do jornal Valor Econômico, no site da TV Anhanguera (portal G1) e no site do jornal O Estado de S. Paulo. A coleta foi feita por meio do Google Alert³, após cadastro das seguintes palavras: erro, erramos, errata, correção. Das ocorrências diárias recebidas pela autora por e-mail de janeiro a junho de 2013, optou-se pelos exemplos citados devido à diversidade e relevância dos erros cometidos.

³ Os Alertas do Google são atualizações, enviadas por e-mail, dos mais recentes resultados relevantes do Google (web, notícias etc) com base nas palavras cadastradas. <http://www.google.com.br/alerts> <Acesso em 2 set 2013>.

2. O erro jornalístico nos manuais de redação

Errar é humano. Real e pragmática, a famosa frase pode ser aplicada não só nas relações entre pessoas, mas também em toda e qualquer atividade profissional. Não existe médico, engenheiro ou professor que não erre. Não existe jornalismo sem erro. Por isso, praticamente a totalidade das empresas jornalísticas incluem a questão do erro em seus manuais de redação, em diferentes níveis.

Por exemplo, uma das justificativas para a introdução do Manual de Redação de O Estado de S. Paulo foi justamente a de tentar reduzir a quantidade de erros produzidos pela redação. O manual surgiu após o jornalista Eduardo Martins realizar leitura diária de vários jornais durante mais de três anos. “A partir dessa pesquisa, ele relacionou os principais erros cometidos tanto pelo O Estado de S. Paulo quanto por outros jornais” (BRONOSKY, 2010, p. 20).

Vejamos de que forma os manuais de redação de veículos brasileiros de referência abordam o erro e, mais especificamente, a publicação de erratas ou retificações:

Manual de Redação e Estilo - O Globo (1992)	<p>“Seja como for, ética não é mordada. O que ela pede não é menos notícia, mas notícia correta: a informação completa, digna”. (p.111)</p> <p>“Solicitações de retificação são atendidas sempre que o jornal reconhece que houve erro na notícia original. De fato, o jornal não se contenta em atender a solicitações. É sua obrigação examinar cada edição cuidadosamente e retificar espontaneamente cada erro descoberto, sem qualquer preocupação de minimizá-lo”. (p. 123 e 124)</p> <p>“Sempre que a notícia de um dia contraria a notícia da véspera, o leitor tem direito a explicação clara e completa, independentemente de existir ou não desmentido”. (p. 124)</p>
Manual de Redação e Estilo – O Estado de S. Paulo (1997)	<p>“Erros - para manter sua confiabilidade e credibilidade, o jornal deve fazer o possível para não publicar erros de nenhuma espécie”. Veja alguns dos casos que ocorrem com maior frequência e procure evitá-los:</p> <p>“Informação - é um dos erros mais graves que o jornal pode divulgar. Por isso, confira sempre cuidadosamente as informações que recolher; recorra a mais de uma fonte, quando necessário; verifique, enfim, todos os dados em que possa haver qualquer engano que comprometa a seriedade da notícia”. (p. 112)</p>

	<p>“Correção - toda informação errada que o Estado publicar deverá ser retificada na edição seguinte, na mesma seção que a divulgou, sob o título Correção, ressalvados os casos excepcionais, que exijam maior destaque. Justificam um reparo, dessa forma, erros graves de data, nomes errados, fatos atribuídos a pessoas que não os praticaram e outros do gênero. Erros gráficos que dêem margem a interpretação dúbia quanto às reais intenções do jornal devem ser igualmente corrigidos. Assim, se por uma falha se escreve o sujeito fulano de tal, em vez de o prefeito fulano de tal, não se deve deixar de, logo em seguida, esclarecer ao leitor que houve um engano no texto da notícia. Uma correção sumária pode ser, por exemplo: A notícia publicada ontem na página 5 do Estado, sob o título..., apresenta uma incorreção. Quem comandava o então II Exército em..., ano em que fulano de tal foi cassado, era o general X e não o general Y”. (p. 120)</p> <p>“Seja rigoroso na apuração dos fatos e na seleção dos dados. Confira e verifique todos os detalhes. Em caso de dúvida, faça consultas posteriores com especialistas, vá ao Arquivo. Tudo se justifica para que a reportagem não contenha nenhum erro ou informação incompleta”. (p. 254)</p> <p>“Os cem erros mais comuns (capítulo) – Erros gramaticais e ortográficos devem, por princípio, ser evitados. Alguns, no entanto, como ocorrem com maior frequência, merecem atenção redobrada. Veja os cem mais comuns do idioma e use esta relação como um roteiro para fugir deles”. (p. 321)</p>
<p>Manual da Redação – Folha de S. Paulo (2001)</p>	<p>“Os programas de qualidade se converteram em imperativo de gerência empresarial. Embora a qualidade jornalística seja em parte insuscetível de uma medição em termos objetivos, ela tem pelo menos uma dimensão – os erros – apta a ser quantificada e submetida a programas desse tipo. A adaptação de programas de qualidade à esfera das redações tem mostrado que é possível reduzir a incidência de erros de forma (linguagem e digitação) ao mesmo tempo em que abre caminho para um combate pela primeira vez metódico aos erros mais importantes, os de conteúdo, cujos mapemamento, prevenção e retificação ainda são, quando muito, incipientes”. (p. 17)</p> <p>“barriga – publicação de grave erro de informação. Quando a Folha erra, reconhece o erro. Quando outro veículo de informação erra, a Folha noticia o lapso se este tiver grande importância jornalística”. (p. 37)</p> <p>“‘Erramos’ – A Folha retifica, sem eufemismos, os erros que comete. A retificação deve ser publicada assim que a falha for constatada, mesmo que não haja pedido externo à redação. As correções são feitas na seção ‘Erramos’ ou, em casos de gravidade excepcional, na primeira página ou na capa de cadernos, aí também acompanhadas do título ‘Erramos’. A publicação de uma correção depende de consulta prévia à direção de redação. Ao redigi-la, informe qual o erro cometido, corrija-o e procure acrescentar informações de forma didática. Identifique</p>

	<p>claramente data, editoria, página e texto, citando seu título. Na correção de informações publicadas na seção ‘Erramos’, a Folha registra a responsabilidade de empresas de assessoria de imprensa ou departamentos de comunicação, quando forem as únicas fontes disponíveis. Para isso, o jornalista que utilizou informação incorreta deve apresentar comprovação escrita da origem da incorreção. Esse procedimento não isenta o profissional da responsabilidade por aquilo que publica. O press release deve ser encarado com precaução. Cabe ao jornalista checar, antes de publicar, as informações que veicula”. (p. 41)</p>
<p>Guia de Ética e Responsabilidade Social - Grupo RBS (2007)</p>	<p>“Correções - a RBS não oculta os erros cometidos e se dispõe a corrigi-los sistematicamente, tão logo tome conhecimento do equívoco. O texto da correção deve começar pela informação correta e explicar ao público, sem subterfúgios, qual foi o equívoco cometido. Se o erro foi cometido pela fonte da notícia, deve constar da correção o nome da pessoa ou entidade que originou o equívoco. Se alguma notícia ou reportagem, por erro de avaliação ou omissão do autor, deixar de mencionar dado relevante para a notícia ou reportagem, deve ser divulgado um ‘Esclarecimento’”. (p. 21 e 22)</p>
<p>Manual de Processos e Prevenção de Erros – Grupo RBS (2007)</p>	<p>Mandamentos: Todas as informações têm de ser checadas antes da publicação. Todos os integrantes da Redação têm de seguir os processos instituídos para prevenção de erros. Todos os erros precisam ser corrigidos, e as correções, publicadas. Todas as correções são monitoradas e estudadas. Todos os novos integrantes da Redação têm de ser treinados em métodos de prevenção de erros. Além disso, todo o documento traz recomendações específicas quanto ao erro.</p>
<p>Princípios editoriais das Organizações Globo (2011)</p>	<p>Princípios editoriais das Organizações Globo (2011) “A correção - A correção: correção é aquilo que dá credibilidade ao trabalho jornalístico: nada mais danoso para a reputação de um veículo do que uma reportagem errada ou uma análise feita a partir de dados equivocados. O compromisso com o acerto deve ser, portanto, inabalável em todos os veículos das Organizações Globo. É evidente que, depois de tudo o que aqui já foi dito sobre o conceito de “verdade”, não é demais dizer que estar correto é procurar descrever e analisar os fatos da maneira mais acurada, dadas as circunstâncias do momento. Nesse sentido, a correção é um processo, uma construção que vai se dando dia após dia. Não há fórmula, e nem jamais haverá, que torne o jornalismo imune a erros, porém. Quando eles acontecem, é obrigação do veículo corrigi-los de maneira transparente, sem subterfúgios, num movimento que é ele próprio essencial à busca da informação correta. Um dos mecanismos que mais contribuem no controle de qualidade posterior à publicação das informações é a reação do público. É essencial, portanto, que todos os veículos das Organizações Globo tenham, cada um à sua maneira, estruturas que recebam amplamente as observações do público, críticas ou elogiosas, para processá-las, entendê-las e dar seguimento a elas.</p>

	<p>Na busca pela correção, é necessário seguir os seguintes princípios:</p> <p>c) O rigor com minúcias não é exagero, mas obrigação. Todos os dados de uma reportagem – nomes, datas, locais, horários, idades, endereços, referências históricas, descrições de processos, definições científicas, termos de um contrato, explicações sobre formas de governo, enfim, tudo o que de objetivo houver numa reportagem – devem ser exatos, corretos, sem erros;</p> <p>d) Todo repórter é responsável pela exatidão daquilo que apura, mas, como em jornalismo quase tudo se faz coletivamente, todos os envolvidos na edição de uma reportagem devem estar atentos para perceber inexatidões. Expressar dúvidas sobre dados de uma reportagem antes de sua publicação é a melhor maneira de torná-la mais exata;</p> <p>e) A revisão não é uma forma de controle ou censura. É parte integrante e fundamental do processo jornalístico, e sua principal função é evitar erros. Se o processo jornalístico prescindiu da figura clássica do revisor, foi apenas porque todos os envolvidos numa reportagem se tornaram revisores. Nesse sentido, nenhuma reportagem deve ser publicada apenas com o exame do autor: é indispensável que outros envolvidos no processo participem desse exame;</p> <p>l) Os erros devem ser corrigidos, sem subterfúgios e com destaque. Não há erro maior do que deixar os que ocorrem sem a devida correção”. (online)</p>
<p>Manual de redação e estilo para mídias convergentes – Diários Associados (2011)</p>	<p>Erros: muitos os justificam por causa da pressa. O responsável pelas últimas notícias precisa correr. Conta com não mais de 10 minutos do acesso aos sites de notícias à publicação. O tempo é a espada de Dâmocles. Mas tropeços de apuração, ortografia e sintaxe pegam mal. Atestam pouco conhecimento da língua e do veículo. (p. 62)</p> <p>Erramos (tropeços de repórteres): capítulo com exemplos de erros mais comuns. (p. 359 a 393)</p>
<p>Somente a verdade: manual de Jornalismo da EBC – Empresa Brasileira de Comunicação (2013)</p>	<p>“O jornalismo da EBC deve primar pelo interesse público, pela honestidade, pela precisão – inclusive no reconhecimento de erros – e pela clareza”. (p. 35)</p> <p>“Erros - a EBC parte do princípio de que é imprescindível evitar os erros e equívocos, mas, se ocorrerem, é obrigatório corrigi-los. O jornalismo da EBC deve admitir abertamente os erros que tenha cometido e publicar as correções com presteza. Isso deve ser feito de forma honesta e rápida. Um erro de informação prejudica diretamente o público, a empresa e seus profissionais”. (p. 36)</p>

Tab. 1: a abordagem do erro em manuais de redação brasileiros de referência. Fonte: elaboração própria.

Como podemos perceber, o erro jornalístico é tratado de forma abrangente nos manuais de redação, uns com mais detalhamento que outros. É interessante observar que, nos manuais relacionados acima, não há distinção entre a gravidade de um erro de

forma (linguagem e digitação) ou de conteúdo; ambos devem ser tratados com transparência. Os veículos jornalísticos repudiam o erro e se prontificam a retificá-lo quando solicitados ou até mesmo espontaneamente. Embora algumas empresas adotem um tom mais genérico (como O Globo, por exemplo), outras são específicas quanto ao que o repórter deve fazer quando o erro acontece, como a Folha de S. Paulo. Hidalgo e Barrero (2012), no entanto, pedem mais clareza nos manuais:

Quanto aos manuais de redação utilizados por diferentes jornais, devotam um espaço significativo ao assunto da retificação; contudo, não abrem o espaço que o assunto merece e com a clareza necessária. Vários manuais de redação fazem referência apenas à errata e a aspectos menores em que se levantam questões como o do dever do jornalista de fazer a retificação. (HIDALGO; BARRERO, 2012, p. 230)

O que chama atenção – e aí reside um ponto importante deste artigo – é a predominância da mídia impressa nas orientações dos manuais. Alguns falam até em ‘edição do dia seguinte’, como O Estado de S. Paulo. Até mesmo os recentes manuais da EBC, das Organizações Globo e o dos Diários Associados - esse específico para mídias convergentes - não se ocupam em detalhar as especificidades da retificação nos meios digitais. Esta é uma deficiência dos manuais de redação, pois há mudanças da mídia impressa para a online que vão além da simples transição entre plataformas. Inclusive o manual dos Diários Associados chama atenção para a pressa, causa de muitos erros nos webjornais, mas fala apenas que tropeços de apuração, ortografia e sintaxe ‘pegam mal’ (SQUARISI, 2011, p. 62). Enfatizamos que a questão é mais complexa do que apenas ‘pegar mal’ [sic]. A autora Dad Squarisi perdeu uma excelente oportunidade de problematizar o erro no contexto da convergência de mídias.

Uma das particularidades é a possibilidade de retificação constante das notícias no jornalismo online, sem o atrelamento a uma periodicidade, como nos veículos impressos (VIEIRA, 2013, p. 32). A oportunidade instantânea que os veículos jornalísticos online têm de reparo do erro é muitas vezes desperdiçada. Se no jornal impresso a retificação é criticada pelos próprios veículos – a Folha de S. Paulo pontua que elas são, ‘quando muito, incipientes’ – na internet a questão se agrava, como veremos adiante.

3. A publicação de erratas em três veículos jornalísticos na internet

No dia 1º de abril de 2013, o jornal Valor Econômico publicou a matéria abaixo em seu site, afirmando que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) havia autorizado farmácias a atuar como lojas de conveniência⁴. O veículo cita inclusive que a medida havia sido publicada no Diário Oficial da União. Trataria-se, portanto, de uma notícia polêmica e de grande interesse público, já que as farmácias vêm sendo alvo da vigilância sanitária justamente por misturar a venda de medicamentos com produtos alimentícios.

01/04/2013 às 16h24

Anvisa autoriza farmácias a atuar como lojas de conveniência

Por Lucas Marchesini | Valor

Compartilhar:    

BRASÍLIA - A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou que farmácias possam atuar como lojas de conveniência para vender cosméticos, perfumes, produtos de higiene, alimentos e plantas medicinais. A decisão, que consta na Resolução da Diretoria Colegiada da Agência nº 17, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira e contraria entendimento formado pela própria Anvisa em 2009.

Na ocasião, a agência reguladora permitiu a venda apenas de produtos diretamente relacionados à saúde. A normativa causou polêmica e foi parar na Justiça em 2011.

Agora, de acordo com a Anvisa, as farmácias podem realizar seis outras atividades, além da venda de produtos de conveniência.

Eles são: a dispensação de medicamentos sujeitos a controle especial e também daqueles não sujeitos a controle; manipulação de produtos magistrais (aqueles que se preparam na farmácia) e oficinais (que já são vendidos prontos).

As drogarias também poderão prestar serviços farmacêuticos e manipular medicamentos estéreis, que precisam garantir a ausência total de microrganismos ou partículas sólidas.

Fig. 1: reprodução de notícia incorreta no site do Valor Econômico.

4 Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3068474/anvisa-autoriza-farmacias-atuar-como-lojas-de-conveniencia>. <Acesso em 2 set 2013>

No entanto, a matéria estava completamente incorreta. O Valor publicou uma correção no dia seguinte⁵, afirmando que a Anvisa mantém a restrição à venda de alimentos em farmácias e que houve “um erro de interpretação da resolução”. A notícia prosseguiu com o seguinte aviso: “os leitores devem desconsiderar, portanto, a nota publicada às 16h24 de ontem”.

02/04/2013 às 11h43

Correção: Anvisa mantém restrições a alimentos em farmácias

Por Valor

Compartilhar:    

BRASÍLIA - Por um erro de interpretação da Resolução 17, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), de ontem, o **Valor** publicou incorretamente que havia sido alterada a regra constante da resolução 44, de 2009, que regula a comercialização de alimentos em farmácias e drogarias. Na verdade, não houve alteração dessa regra. A venda de alimentos gerais nas farmácias continua proibida. Apenas a comercialização de alimentos considerados especiais, necessários a consumidores com problemas de saúde, é permitida. Os leitores devem desconsiderar, portanto, a nota publicada às 16h24 de ontem.

Dirceu Barbano, presidente da Anvisa, enviou o seguinte esclarecimento ao **Valor** :

A resolução RDC 17/2013 da Anvisa, publicada nesta segunda-feira (1/4), institui o processo eletrônico de pedido de renovação de autorização de funcionamento (AFE) e autorização especial (AE) para farmácia e drogarias. Agora o processo é realizado exclusivamente pelo sistema de peticionamento eletrônico da Anvisa, diminuindo prazos de tramitação. Esta medida permite a renovação automática das AFE e AE desde que os pedidos tenham sido encaminhados dentro dos prazos definidos na RDC. Ao contrário do que foi publicado na edição desta terça-feira (2/4) do jornal Valor Econômico, não há nenhuma alteração no tipo de produto que o varejo farmacêutico pode comercializar.

Fig. 2: reprodução da notícia retificada no site do Valor Econômico.

Não se trata, obviamente, de desconsiderar a informação incorreta, já que não há qualquer conexão entre a notícia original, com o erro, e a retificação. Ambas continuam publicadas no site do Valor, sem menção à incorreção na primeira matéria. Como sabemos que o acesso às notícias se dá, muitas vezes, por mecanismos de busca (como

⁵ Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3069930/correcao-anvisa-mantem-restricoes-alimentos-em-farmacias>. <Acesso em 2 set 2013>

Google, por exemplo), o leitor pode facilmente chegar à informação incorreta e nela não encontrar a retificação, perdida em outro link. Além disso, a notícia original teve 64 recomendações no Facebook, 4 no Twitter e 2 no LinkedIn, o que mostra o poder de multiplicação do erro. Como apontam ANG e NADARAJAN (1999):

In the offline world, such quality is regulated by industry and internal codes of practice. No such codes exist for Internet content. The capacity for error is magnified on the Internet because information moves at greater speeds and in larger volume. (ANG; NADARAJAN, 1999, online)

O segundo exemplo se refere a uma notícia veiculada no dia 31 de janeiro de 2013⁶ no Jornal do Almoço da TV Anhanguera, afiliada da Rede Globo em Goiás. Todo o conteúdo do telejornal está no portal G1, que concentra as publicações dos veículos das Organizações Globo. A referida matéria afirmou que foram encontradas irregularidades na boate Samaúma, em Goiânia, após uma vistoria do Corpo de Bombeiros. Com imagens do local, o repórter disse: “Hoje à tarde a equipe encontrou irregularidades no Samaúma. O teto de espuma usado como isolamento acústico pode pegar fogo facilmente. O proprietário vai ter que fazer mudanças”.



Fig. 3: reprodução de um *frame* da notícia da TV Anhanguera, que mostra a fiscalização no teto da boate.

6 Disponível em: <http://g1.globo.com/videos/goias/t/ja-2a-edicao/v/corpo-de-bombeiros-intensifica-vistorias-em-boates-de-goiania/2379283/>. <Acesso em 2 set 2013>

Como no primeiro exemplo, a notícia continha um grave erro. Na verdade, a boate com irregularidades não era a Samaúma, mas sim a Paiol, como informou a notícia veiculada no dia seguinte⁷. Além de errar o nome do estabelecimento, o que pode ter trazido prejuízos inclusive financeiros para o dono, novamente percebemos a falta de conexão entre a notícia original e a retificação. No entanto, o que mais chama atenção neste caso é o cuidado que se deve ter ao veicular matérias da TV na internet. Mais do que simplesmente publicar os vídeos, o veículo deve atentar para as especificidades do meio digital. Se na TV a única opção foi veicular uma errata no dia seguinte, na internet ela deve estar ao lado da notícia incorreta, alertando o leitor sobre a informação precisa.

[...] toda vez que uma notícia sem exatidão atinge os leitores, a obrigação dos jornais é de corrigi-la, clarificá-la ou retificá-la da forma mais clara e efetiva como faria um fabricante de carros quando precisasse substituir um pneu defeituoso. Não há recompensa para esse tipo de ato. Trata-se de um ato de justiça porque o cliente precisa ser contemplado com o produto que foi oferecido a ele. E o leitor é um cliente que está comprando exatidão e credibilidade. (RESTREPO apud HIDALGO e BARRERO, 2012, p. 232)

O último exemplo selecionado é do jornal O Estado de S. Paulo. No dia 22 de fevereiro de 2013, foi publicada a notícia abaixo⁸, com destaque para a palavra “Correção”. No primeiro parágrafo, há a explicação de que essa matéria corrige outra, cuja fonte foi a agência de notícia Reuters. Percebe-se também que a notícia original havia sido publicada no dia 18, ou seja, a correção veio 4 dias depois.

7 Disponível em: <http://globo tv.globo.com/tv-anhanguera-go/ja-2a-edicao/t/veja-tambem/v/correcao-restaurant-e-boate-samauma-esta-funcionando-normalmente-em-goiania/2381653/>. <Acesso em 2 set 2013>

8 Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral/correcao-embraer-sobe-em-ranking-de-vendas-de-armas-e-servicos-militares-em-2011.144921.0.htm>. <Acesso em 2 set 2013>.

CORREÇÃO-Embraer sobe em ranking de vendas de armas e serviços militares em 2011

22 de fevereiro de 2013 | 20h 03

Notícia   **A+ A-** Assine a Newsletter  Tweet

(CORRIGE MATÉRIA - Reuters

UBLICADA NO DIA 18 - A Embraer subiu 14 posições em um ranking das empresas que mais vendem armas e serviços militares no mundo em 2011, quando obteve 860 milhões de dólares nesse negócio, segundo o Instituto de Pesquisa da Paz Internacional de Estocolmo (SIPRI, na sigla em inglês).

A única brasileira em um ranking com presença majoritariamente de empresas dos Estados Unidos, a Embraer subiu da 95ª colocação em 2010 para a 81ª posição em 2011.

Segundo o SIPRI, 15 por cento do faturamento da companhia em 2011 veio da venda de armas.

Além de fabricar jatos comerciais e executivos, a Embraer atua no segmento de defesa e segurança, fornecendo aviões para a Força Aérea Brasileira, entre outros.

Considerando as vendas totais das 100 maiores fabricantes de armas em 2011, houve uma queda pela primeira vez desde meados dos anos 1990.

As vendas totalizaram 410 bilhões de dólares, uma queda de 5 por cento em uma base ajustada por câmbio, ante 411 bilhões de dólares em 2010, segundo o SIPRI, que faz o levantamento desde 1989 e não inclui empresas chinesas devido a falta de dados disponíveis.

Nos primeiros lugares ficaram as norte-americanas Lockheed Martin, a Boeing, seguida pela britânica BAE Systems e pela norte-americana General Dynamics.

Fig. 4: reprodução de notícia com errata no título, no site do Estadão.

Novamente nota-se a falta de conexão com a notícia original e, neste caso, há algo ainda mais grave: não é possível saber qual foi o erro cometido anteriormente, pois não há nenhuma menção a ele ou link. Apesar de a palavra “Correção” em destaque, a matéria não informa o que foi corrigido. Portanto, para o leitor que não acessou a notícia 4 dias antes, a correção não faz sentido algum.

Nota-se também uma falta de cuidado com o leitor que recebe essa notícia. Para o jornalista, a expressão “corrige matéria Reuters” pode ser muito clara, mas há que se ponderar que nem todas as pessoas sabem ao menos o que é Reuters (agência de notícias). O erro ortográfico na palavra “publicada” (sem o “p”) também evidencia essa

falta de zelo e mostra que uma notícia que se propõe a corrigir outra continua contendo erros.

A seguir, aproximaremos os exemplos descritos das recomendações presentes nos manuais de redação, a fim de problematizar a aplicação das regras normativas na prática jornalística.

4. Considerações finais

O jornal Valor Econômico não possui um manual de redação próprio, mas tomamos como referência os manuais de O Globo e da Folha de S. Paulo, grupos que dividem a propriedade do veículo. Em ambos os documentos, não há menção à necessidade de conectar a informação original incorreta à errata, visando informar o leitor sobre o erro. Essa é uma possibilidade da internet e deve ser utilizada nos casos de “barriga”, como define a Folha, já que o leitor tem “direito a explicação clara e completa”, como preconiza o manual de O Globo. As regras normativas desses veículos e, conseqüentemente, do Valor, estão defasadas por não preverem as particularidades do meio online.

A TV Anhanguera é afiliada da Rede Globo e, por isso, baseamos a análise nos Princípios Editoriais das Organizações Globo. Este documento é um dos que mais aborda a questão do erro e associa diretamente a correção à credibilidade. Diz o manual: “Quando eles [os erros] acontecem, é obrigação do veículo corrigi-los de maneira transparente, sem subterfúgios, num movimento que é ele próprio essencial à busca da informação correta” (ORGANIZAÇÕES GLOBO, 2011, online). Neste caso, não houve transparência, pois a errata permanece oculta à matéria original; e nem o movimento de busca pela informação correta. Uma simples checagem evitaria a confusão com o nome da boate. Além disso, o repórter deveria ter ouvido o dono do estabelecimento interditado para colher sua explicação. Se tivesse agido dessa maneira, provavelmente o erro teria sido descoberto antes da veiculação da matéria.

No último exemplo, novamente percebe-se práticas dissonantes do que prega o manual de redação, neste caso, do Estadão: “para manter sua confiabilidade e credibilidade, o jornal deve fazer o possível para não publicar erros de nenhuma espécie” (MARTINS, 1997, p. 112). Além disso, o manual diz que a correção deve ser publicada “na mesma seção que a divulgou”. Apesar de se referir ao jornal impresso, o manual do Estadão já alerta para a conexão entre a errata e a notícia original, o que não se vê na prática.

A análise desses três exemplos não esgota as especificidades da publicação de erratas no jornalismo online, mas chama a atenção para a necessidade de atualização dos manuais de redação com o olhar voltado para as novas mídias e, principalmente, para o leitor. Desperdiçar a facilidade da retificação imediata nos sites dos veículos é negligenciar a divulgação da informação precisa, moeda de grande valor para a qualidade do produto jornalístico.

Referências Bibliográficas

ANG, Peng Hwa; NADARAJAN, Berlinda. **Correction Policies of Online Publications**. INET Conference Proceedings, 1999, pages 1-15.

BRONOSKY, Marcelo Engel. **Manuais de redação e jornalistas: estratégias de apropriação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; PRADO, Raffael Oliveira Do. **Erros nos jornais: aspecto ético e fator de comprometimento de qualidade técnica**. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005, Rio de Janeiro (RJ). Disponível em: http://monitorando.files.wordpress.com/2007/11/erros_nos_jornais.pdf. <Acesso em 15 jul 2013>.

CORNU, Daniel. **Ética da informação**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO. **Somente a verdade: manual de jornalismo da EBC**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.ebc.com.br/sites/default/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf. <Acesso em 15 jul 2013>.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual de redação**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2001.

GARCIA, Luiz. O Globo: **Manual de Redação e Estilo**. São Paulo: Globo, 1992.

GRUPO RBS. **Guia de ética, qualidade e responsabilidade social / Grupo RBS.** 2. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007. Disponível em: http://www.gruporbs.com.br/responsabilidade_social/guia_etica/etica_rbs.pdf. <Acesso em 15 jul 2013>.

HIDALGO, Antonio; BARRERO, Ángeles. **Notícias falsas, incorretas e incompletas: os desafios dos jornalistas em busca da retificação voluntária – a experiência espanhola.** In Brazilian Journalism Research, volume 8, número 2, 2012.

MARINHO, João Roberto. **Princípios editoriais das Organizações Globo.** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.html>. <Acesso em 15 jul 2013>.

MARTINS FILHO, E. L. **Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo.** 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?: como salvar o jornalismo na era da informação.** São Paulo: Contexto, 2007.

PALACIOS, Marcos. **Jornalismo Online, informação e memória: apontamentos para debate.** In VII Congresso Latino-Americano de Ciências da Comunicação, da Associação Latinoamericana de Pesquisadores em Comunicação (ALAIIC), Argentina, de 11-16 out. 2004.

SQUARISI, Dad. **Manual de redação e estilo para mídias convergentes.** São Paulo: Geração Editorial, 2011.

VIEIRA, Lívia. **A publicação de erratas no jornalismo online: parâmetros éticos para uma discussão acerca de condutas mais adequadas.** In Revista Estudos em Comunicação, PUC-PR, Curitiba, v. 14, n. 33, p. 29-42 jan./abr. 2013.